Ariovaldo Zani e Roberto Betancourt

AGROPECUÁRIA QUE SE SUSTENTA

O mundo ratificou o primeiro acordo do clima no Rio de Janeiro em 1992 (United Nations Framework Convention on Climate Change/UNFCCC – Cúpula da Terra), no entanto, as discussões haviam começado ainda em 1972 em Estocolmo na Suécia. Ou seja, já se completou mais de um cinquentenário, ou melhor, trinta e um anos após o primeiro Tratado, e finalmente, oito anos do Acordo de Paris.

Agora, adentramos a fase de implementação das políticas públicas e do mercado de carbono, trazendo consigo suas penalidades, taxas ou créditos. Durante essa fase, seguimos definindo as métricas para cálculo das emissões, conhecendo quem e como a conta será quitada ou até mesmo recebida, seja através dos investimentos ou mesmo pela mitigação das emissões resultante da compra ou receita daqueles potenciais créditos gerados. É patente afirmar, portanto, que as emissões dos gases de efeito estufa impactarão o custo da totalidade produzida direta ou indiretamente nesse nosso mundo contemporâneo.

No caso do setor agropecuário, o protocolo de cálculo leva em conta o ciclo de vida com balanço de todos os insumos utilizados na produção, inclusive dos combustíveis e energia, fertilizantes e defensivos. Em complemento, é compulsório considerar, inclusive, o sequestro do carbono da atmosfera pelos seres vegetais que é incorporado às sementes, frutos e estrutura das plantas. Em resumo, o saldo, positivo ou negativo, é modulado pelo montante emitido e sequestrado.

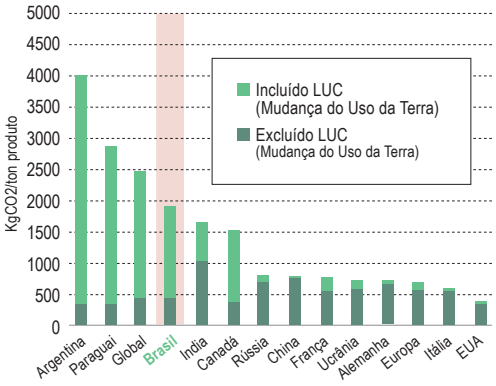
Lamentavelmente, a apuração supramencionada também carrega o controverso conceito "Land Use Change/LUC", traduzindo "Mudança do Uso da Terra" com período de amortização de vinte anos na contabilização da conversão da floresta para pastagem pecuária ou atividade agrícola, fator demasiadamente impactante imposto por países ricos àqueles em desenvolvimento (caso do Brasil) que mobilizaram parte das reservas florestais disponíveis para ampliação das áreas produtivas.

A Embrapa, por sua vez, tem contribuído sobremaneira e demonstrado que a atividade agrícola tropical pode tornar-se aquela mais sustentável, inclusive, conta com método nacional e estimativas desdobradas em nível estadual e municipal (Brazilian Land Use Change/BRLUC), compatível com os principais protocolos internacionais de avaliação de ciclo de vida e de pegada de carbono, como o IPCC Guidelines, GHG Protocol, Manual ILCD, ISO 14067, PAS 2050, PEF e Agrifootprint.

A influência do LUC tende a arrefecer, já que seguimos cultivando as mesmas extensões agrícolas por anos seguidos, além de não explorar novas áreas florestais, à exemplo da produção cafeeira que já contabiliza emissão negativa e potencialmente emissora dos créditos de carbono resultantes.

Nossa expectativa é que essa invejável sustentabilidade da agricultura brasileira resulte em potenciais benefícios econômicos, em resposta aos anseios da sociedade consumidora que clama pela neutralidade do carbono e associa o balanço na emissão dos gases do efeito estufa às transações comerciais. ■

INFLUÊNCIA DO *LUC* NA PEGADA DE CARBONO SOBRE A PRODUÇÃO DE SOJA EM DIFERENTES PAÍSES



Fonte: Embrapa Meio Ambiente 2022. Integration of Brazilian data and models of environmental performance of agriculture and animal production chains into Global Feed Lifecycle Assessment Institute/GFLI databases

Ariovaldo Zani
é médico veterinário, Professor MBA/PECEGE/ESALQ/USP e presidente da Câmara de Sustentabilidade e Bem-Estar Animal/ABPA
arizanni@uol.com.br

Roberto Betancourt
é Engenheiro Agrônomo, Diretor Titular do Departamento de Agronegócio/DEAGRO da Fiesp
robertoponcia@icloud.com